

# Quando é preciso manter pelo menos a esperança

LUIZ CARLOS LISBOA

Aos poucos, a Constituinte vai repelando ao País que os problemas da vida pública brasileira foram cuidadosamente conservados em formol nos 20 anos de recesso democrático em que viveu o País. Quando o senador Afonso Arinos fala na necessidade do desarmamento de espíritos na confecção da Carta, temos a impressão de que vamos ouvir, a qualquer momento, um grito de "Constituinte com Getúlio", ou vamos saber que o ministro Pereira Lima mandou dissolver à força o "Vício peja Democracia" no Largo da Carioca, no Rio, ou que a campanha "O petróleo é nosso" reuniu centenas de nacionalistas na ABI. Parece que foi sempre assim: patão, discurso, radicalismo, intolerância, aversão à objetividade, muito barulho seguido de esquecimento. Agora, temos outra vez a Constituinte, e nela os grupos empenhados na busca do consenso para aprovação de um anteprojeto razoável estão desistindo de resolver em conjunto questões como reforma agrária, ordem social e comunhão, Poder Judiciário, conceito de empresa nacional, voto distrital, sistema de governo e mandato do atual presidente. Porque há emoção demais, porque a predileção pelas teorias conspiratórias ainda sobrevive, porque se discursa em excesso e medita-se muito pouco sobre as questões em pauta, tudo está mais ou menos como sempre na vida política nacional.

O presidente Sarney está orgulhoso da própria flexibilidade: afinal, ele agora concorda com a participação do Congresso na definição dos orçamentos da União, na derrubada de ministros através de moção de desconfiança, na aprovação de nomes de direção no Banco Central, tudo na emenda que decide sobre o sistema de governo, que parte do PMDB quer de um jeito, e parte quer de outro exatamente oposto. O presidente da República já foi parlamentarista ferrenho, mas hoje ele entende melhor o que os presidencialistas históricos sempre disseram: regime parlamentarista em país de economia instável é fator de crise grave e constante. Bem, diz um dos seus adversários, devemos entender isso como prova de que o presidente não acredita mais que a economia tenha conserto? O senador Virgílio Távor, do alto de sua experiência, acha possível qualquer fórmula consensual, a essa altura dos debates. Os constituintes já se envolveram demais com as definições, para que se permitam recuar ou sequer mudar um pouco. A Constituinte está sendo petrificada pela tradicional vaidade parlamentar brasileira, em que evoluir e acovardar-se resultam na mesma coisa, pelo menos na aparência.

Mas se o presidente quer de qualquer forma o presidencialismo (porque o parlamentarismo dentro do seu mandato vai passar à história como reprovação do governo que dirige), seus adversários querem qualquer forma de governo que crie dificuldades ou apequene a imagem

política de José Sarney. Há dois dias, o senador Fernando Henrique Cardoso advertiu que a insistência presidencial (e respectivas pressões) a favor do presidencialismo pode ter como contrapartida a retomada da discussão do mandato do presidente, voltando a tendência dos quatro anos. Esse jogo de ameaças pode merecer vários nomes, mas o que ele indica de fato é a imobilidade em que teimamos permanecer, repetindo de forma tão fiel as tolices que fizemos em outras legislaturas, em diferentes mandatos, em épocas diversas, em anteriores circunstâncias. Somos o que sempre fomos, no que se refere aos maus hábitos da vida pública.

Tudo indica que o presidencialismo deve prevalecer sobre a novidade mal assimilada do parlamentarismo, que deseja conter os candidatos presidenciais de feição populista e passar ao largo de crises que fazem da política alguma coisa tão vil, e do povo a vítima eterna de pedantes doutores "que nada têm resolvido no País". O "presidencialismo moderno" (todo produto novo dos mascates é apregoado como moderno) confere responsabilidades e poderes ao Congresso, mas sem exageros, naturalmente. No PMDB, quase todos querem reduzir, de algum modo, o mandato do presidente, e entre eles estão os que queriam quatro anos de mandato mas se conformaram com os cinco, procurando compensar a concessão com uma mudança no sistema de governo, um modo de "segurar o homem". Os peemedebistas seriam, segundo se acredita, parlamentaristas de coração, mas a vontade do presidente Sarney tem uma notável capacidade de mudar alguns corações partidários, de modo que as coisas podem oferecer surpresas notáveis nos próximos dias. As reservas que o deputado Ulysses Guimarães faz agora publicamente ao sistema parlamentar de governo parecem sinceras. Não procedem as desconfianças de que ele estaria sonhando com uma quarta ou quinta presidência em sua carreira pública, porque suas preocupações agora estariam acima de interesses pessoais. O presidente da Constituinte acha mesmo que o presidencialismo pode preservar o Brasil de maiores e piores crises.

"Na Sistematização", diz o jurista Miguel Reale Jr., "ganha o parlamentarismo, mas no plenário sai vitorioso o presidencialismo". E acrescenta: "Parlamentarizado". Não é outra coisa que deve acontecer brevemente, de acordo com os mais experimentados observadores da vida política. A Constituinte é, de fato, um retrato ampliado do que temos feito, sofrido e sido politicamente. Os 20 anos de recesso democrático (havia democracia, antes?) conservaram na geladeira o que existia, para entrega instantânea, em estado de absoluta conservação. Quem quiser se enganar, que se engane, mas vai ser preciso recomeçar tudo do princípio, a partir de uma Carta que talvez não saia como se espera. A esperança precisa ser cultivada, entre nós. Até porque ela é a última coisa que nos resta de positivo.